

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA

NOME: LEONARDO CARTAPATTI SILVA

FINANÇAS PESSOAIS: PLANEJAMENTO FINANCEIRO

São Paulo

2023

LEONARDO CARTAPATTI SILVA

FINANÇAS PESSOAIS: PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

São Paulo

2023

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Ficha Catalográfica

Silva, Leonardo Cartapatti.

Finanças Pessoais: Planejamento Financeiro / Leonardo Cartapatti Silva – São Paulo, 2023
29 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho

1. Finanças Pessoais 2. Planejamento Financeiro, 3. Investimentos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

RESUMO

Este projeto objetiva mostrar como o conteúdo de finanças pessoais é de extrema relevância em nosso cotidiano, ao mesmo tempo que atua como um guia para esclarecimentos, focando em responder tais perguntas: por que o planejamento financeiro pessoal é importante? Como fazê-lo? Quais os meios? Para tal ato, será apresentado um discurso repleto de teorias, metodologias e pesquisas, não apenas com a intenção de afirmar algo, mas sim de instruir o leitor, principalmente dentro de um país como o Brasil, no qual, segundo pesquisa do Instituto Axxus (startup de tecnologia da Universidade de Campinas), realizada com 2.500 pessoas, 76% delas responderam não possuir boa administração de suas finanças pessoais durante a pandemia. Para cada um desses questionamentos, existem uma série de fatores dentro deles que serão abordados e explicados através de dados e teorias. Fatores estes, como, por exemplo: a teoria da utilidade, a relevância do cenário econômico e os tipos de investidores. Ademais, nos próximos parágrafos será apresentado uma breve introdução a esses questionamentos, sendo a pesquisa dividida em três grupos principais: uma introdução econômica, o planejamento financeiro e as ferramentas disponíveis no processo. Vale destacar que, para um bom entendimento sobre finanças pessoais, é necessário que a pessoa conheça o básico sobre macroeconomia, principalmente o que diz respeito às políticas macroeconômicas e como a alteração de indicadores (por exemplo taxa de juros e inflação) podem afetar os planos tomados e os ativos adquiridos.

Palavras chaves: Finanças pessoais. Macroeconomia. Planejamento financeiro.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantidade de Investidores em Produtos Financeiros	7
Tabela 2 - Balanço Patrimonial	14

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
1.2	Justificativa.....	6
2	MACROECONOMIA BÁSICA.....	9
2.1	Conceitos Macroeconômicos	9
2.1.1	Produto Interno Bruto.....	9
2.1.2	Taxa de Juros	10
2.1.3	Inflação	10
2.2	Políticas Macroeconômicas.....	11
2.2.1	Política Monetária	11
2.2.2	Política Fiscal.....	11
2.2.3	Política Cambial	12
3	PLANEJAMENTO FINANCEIRO	13
3.1	O que é Planejamento?.....	13
3.2	Finanças Pessoais	13
3.2.1	Balço Patrimonial	13
3.2.2	Fluxo de Caixa Pessoal.....	15
3.2.3	Traçando o Alvo.....	15
4	INSTRUMENTOS UTILIZADOS	17
4.1	Investimentos.....	17
4.1.1	O Perfil de Risco	17
4.1.2	Reserva Financeira	19
4.1.3	Renda Fixa x Renda Variável	19
4.1.4	O Portfólio	21
4.2	Previdência	24
4.3	Seguros.....	25
5	CONCLUSÃO.....	26
	REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Primordialmente, é de destaque que o uso do dinheiro promove consequências diretas em nosso cotidiano e no nosso futuro, e assim, a forma cuja qual escolhemos conduzi-lo influencia diretamente na base de todo o planejamento financeiro em busca de uma vida mais confortável. Quando a pessoa se encontra satisfeita, onde seu padrão de vida consegue ser mantido sem que seu nível de felicidade diminua, esta pessoa se encontra em um estado de bem-estar. É justamente neste estado que essa pesquisa busca ajudar o leitor a alcançar, não apenas com instruções práticas, mas também com informações contemporâneas (teóricas e estatísticas). As finanças pessoais nada mais são que a gestão do seu recurso pessoal, e a procura pelo aconchego é imprescindível, já que 54% das causas de estresse são providas do desequilíbrio financeiro individual, de acordo com pesquisas feitas por meio da PwC.

O escopo do bem-estar é a base da finalidade do planejamento financeiro. Indubitavelmente, grande parte dos brasileiros não conhecem a fundo tal planejamento, ou seja, apresentam dificuldades ou desconhecem a gestão de recursos próprios, como mostra a pesquisa feita em 2020, conforme Acordo Certo (empresa de renegociação de dívidas), com 1428 candidatos, a qual resultou em mais de 70% dos entrevistados afirmando não guardarem dinheiro e apresentando adversidades em manter uma boa situação financeira. Ademais, os anos de 2020 a 2023 não foram fáceis para a população mundial como um todo, visto que o coronavírus afetou diretamente a vida de todas as pessoas. Isso não foi diferente para os bolsos, já que, devido à pandemia, quase 90% dos entrevistados pelo Instituto Axxus (pesquisa supracitada) relataram que tiveram sua vida financeira afetadas negativamente. Isso evidencia o quão relevante é a construção de uma reserva de emergência (um dos primeiros passos para acumulação de capital), pelo simples fato de não sabermos o que acontecerá no dia seguinte, ou não imaginarmos que vivenciaríamos um período, que já perdura a anos, em que necessitamos usar máscaras e tomar os mínimos cuidados para nos proteger de algo que não enxergamos a olho nu.

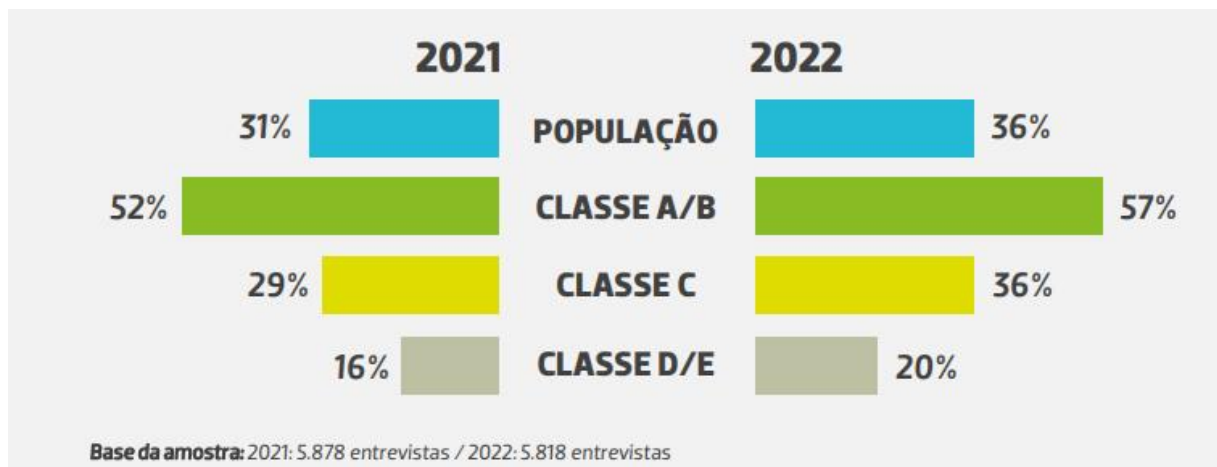
1.2 Justificativa

No decorrer da história, aspectos importantes se alteraram, como as condições de trabalhos e a expectativa de vida, sendo essa maior do que décadas atrás. Logo, para a tranquilidade financeira e rotineira ser alcançada, é necessária uma maior poupança de dinheiro, e, conseqüentemente, é essencial o ato de decidir suas escolhas financeiras antecipadamente. No momento do planejamento, o indivíduo tem o dever de estabelecer suas necessidades, objetivos e limitações financeiras. Warren Buffet, um dos maiores, se não o

maior investidor de todos os tempos, em uma de suas frases exalta a relevância de reconhecer suas prioridades e entender o mercado antes de suas ações, relatando: “Regra número 1: nunca perca dinheiro. Regra número 2: não esqueça a regra número 1”.

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, (ANBIMA), realiza uma pesquisa anual sobre investidores brasileiros e, em 2023, divulgaram dados que foram coletados em 2022 com, aproximadamente, 5.800 entrevistados. Tal estudo concluiu que apenas 36% dos brasileiros são investidores, o que significa que nem metade do país poupa seu dinheiro da maneira correta ou não tem um bom controle orçamentário que os permite poupar - vale lembrar que a situação de muitos brasileiros é precária e muitas famílias, infelizmente, não possuem um recurso que sobre da sua renda, tendo muitas vezes que recorrerem à tomada de crédito, gerando assim mais dívidas em longo prazo. Ademais, sobre os números de investidores, podemos ter uma visão mais ampla ao analisarmos a Tabela 1, contida em tal pesquisa da ANBIMA, que por sinal mostra um aumento na quantidade, visto a comparação entre 2021 e 2022.

Tabela 1- Quantidade de Investidores em Produtos Financeiros



Fonte: ANBIMA (2023)

Não obstante, sabe-se que o Brasil ainda se encontra com uma base investidora conservadora que, por falta de experiência e conhecimento, procuram ativos de baixo risco e baixo retorno, sendo eles, na sua esmagadora maioria, títulos que rendem abaixo da inflação (ainda mais na época em que vivemos, onde a inflação, em um certo momento da pandemia do coronavírus, junto às consequências da guerra entre Rússia e Ucrânia, superou a casa dos dois dígitos e vem sendo um grande problema para economias centrais do globo, por exemplo aos Estados Unidos).

Inegavelmente, o controle emocional é um dos principais componentes da vida financeira de alguém, seja na hora de guardar (principalmente pelo fato de que quanto mais se guarda, menos se consome, e isso pode gerar uma insatisfação momentânea na pessoa, dependendo de como anda seu psicológico e como o consumo influencia ele) ou seja na hora de investir (no quesito de ter inteligência emocional, conhecendo seu perfil e os mares de investimentos pelos quais o investidor está navegando). De acordo com Robert T. Kiyosaki (2017, p.72), em seu livro “Pai Rico, Pai Pobre”, o livro nº1 de finanças pessoais: “A inteligência resolve problemas e gera dinheiro. O dinheiro sem a inteligência financeira é dinheiro que desaparece depressa”.

Algo que deveria ser entendido como básico no cotidiano do cidadão acaba não sendo, pois segundo pesquisa feita pelo SPC Brasil, quase 50% dos entrevistados não tomam conhecimento dos juros que estão pagando ao parcelar uma compra, e assim, prejudicando seus balanços futuros e abrindo margem para um possível endividamento. Dito isso, dou início ao projeto com o intuito de ensinar e responder todos os pontos descritos acima de maneira didática.

2 MACROECONOMIA BÁSICA

2.1 Conceitos Macroeconômicos

A macroeconomia, diferente da microeconomia (em poucas palavras: o estudo dos indivíduos e empresas), se preocupa em entender a dinâmica econômica de uma nação e do globo como um todo, através de diversos agregados, como, por exemplo: renda, produto, níveis de preços, taxas de juros, câmbio e nível de emprego. Sua função, através de uma análise estatística e matemática, é servir como base para o Estado adotar as políticas corretas e maximizar o desenvolvimento daquele território.

Sua estrutura pode ser dividida em 5 mercados: de bens e serviços (determina os níveis de preços e produção agregada); de trabalho (determina o nível do emprego e a taxa salarial); monetário (determina a taxa de juros depois de analisar a demanda e oferta da moeda); de títulos (analisa os agentes superavitários e deficitários da economia); e de divisas (estuda a entrada e saída de capital financeiro através das exportações e importações).

Diante do exposto, esse estudo focará em determinar o significado de 3 agregados e como eles são utilizados dentro das políticas macroeconômicas e nas tomadas de decisões frente ao planejamento financeiro pessoal, sendo eles: PIB, taxa de juros e inflação.

Portanto, para que se tenha uma boa base teórica, este capítulo fundamenta-se no livro: “Macroeconomia”, escrito pelo economista francês Olivier Blanchard, professor universitário do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e que também já foi economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI).

2.1.1 Produto Interno Bruto

Produto Interno Bruto, ou PIB, nada mais é do que a capacidade produtiva de um país, ou seja, tudo o que o país produziu dentro de um determinado período de tempo. Ao redor dele gira todos os outros indicadores macroeconômicos e todas as perspectivas que temos da economia. Basicamente, é a partir dele que as tomadas de decisões das políticas econômicas aparecem, focadas sempre em ter o maior PIB possível e, conseqüentemente, um maior crescimento econômico e desenvolvimento do país.

Blanchard (2018, p.23), em seu livro, difere o PIB em três perspectivas na economia: o valor dos bens e serviços finais produzidos (essa como a definição mais conhecida e utilizada), a soma dos valores adicionados (durante o processo produtivo dos bens e serviços) e a soma das rendas.

2.1.2 Taxa de Juros

Se entende “juro” como o valor do dinheiro no tempo ou, em outras palavras, o preço que os credores recebem dos devedores por terem emprestado seu dinheiro durante um determinado período. Quando tratamos da taxa de juros de um governo, estamos conversando sobre a taxa que servirá como base para todas as outras taxas da nação (financiamento, empréstimos, investimentos, bancárias etc.), de modo que seu uso dentro das políticas econômicas pode refletir diretamente na atividade econômica e nos preços da economia.

Esse conceito nos é importante para entendermos, mais à frente, como a taxa trará impactos nos indicadores e como será utilizada nas decisões do Estado diante das políticas macroeconômicas e nos investimentos pessoais.

Vale destacar que a definição dela é conduzida pelo Banco Central do Brasil através de diversas reuniões anuais do Comitê de Política Monetária (COPOM). Em território nacional o nome dado à taxa de juros básica é SELIC, que servirá como o principal instrumento utilizado na política monetária.

2.1.3 Inflação

Um dos maiores inimigos do Brasil, principalmente no fim do século XX, é a inflação, que é descrita como o aumento dos preços de forma generalizada. Os efeitos são: redução do crescimento econômico (já que fica mais caro para as empresas produzirem e para as pessoas consumirem), desvalorização da moeda, perda de poder aquisitivo e redução do retorno real dos investimentos (pois, se o rendimento não acompanha a inflação, por mais que o ativo tenha ganhos, não foi o suficiente para manter ou aumentar o poder de compra do investidor). Afirimo que, o oposto também pode ocorrer, ou seja, a diminuição dos preços, definido como deflação.

Esse índice, dentro das economias em geral, é determinado e objetivado para se manter dentro de uma meta pré-estabelecida pelos governos, de maneira que, se continuar dentro do alvo, os efeitos são reduzidos para que não haja parâmetros negativos. No Brasil, a meta é definida pelo Conselho Monetário Nacional (normalmente com uma tolerância de 1,5% p.p. para mais ou para menos) e é função do Banco Central conseguir atingi-la. Nosso índice oficial é o chamado IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), sendo ele calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando no seu cálculo tais métricas: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação.

2.2 Políticas Macroeconômicas

Com base no que foi lido acima, e com o intuito de fazer a manutenção do desenvolvimento econômico, do desemprego, da inflação e do balanço de pagamentos, o Governo institui as políticas macroeconômicas, sendo elas: monetária, fiscal e cambial. As políticas são um grupo de medidas tomadas para influenciar no andamento da economia para alcançar tal manutenção (controle dos indicadores).

2.2.1 Política Monetária

Executada pelo Banco Central, está relacionada com a quantidade de moeda na economia e a taxa de juros nacional. Seus objetivos são: crescimento econômico, controle da inflação e equilibrar as transações econômicas com o exterior.

Para atingir seus objetivos, utiliza-se quatro instrumentos: operações (compra e venda) com títulos públicos no mercado aberto (Open Market), taxa de depósitos compulsórios (percentual de depósitos dos bancos comerciais que fica retido no Banco Central do Brasil), taxa de redesconto (empréstimo que o Banco Central do Brasil realiza às instituições financeiras) e taxa de juros (já explicada anteriormente).

Existem dois tipos de políticas monetárias: expansionista (quando, geralmente, a economia encontra-se em um estado de recessão e é preciso um estímulo para o crescimento aumentando a liquidez, ou seja, elevando o nível de moeda em circulação) e contractionista (normalmente utilizada quando a inflação está fora de controle, retirando a liquidez por reduzir a quantidade de moeda em circulação). Na política expansionista acontece: compra de títulos públicos (pelo Banco Central), diminuição da taxa de depósitos compulsórios, diminuição da taxa de redesconto e diminuição da taxa de juros. Já na política restritiva, vemos: venda de títulos públicos (pelo Banco Central), aumento da taxa de depósitos compulsórios, aumento da taxa de redesconto e aumento da taxa de juros.

2.2.2 Política Fiscal

Realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, está atrelada ao controle da tributação e dos gastos governamentais (consequentemente à dívida pública também). Sua função é regular a atividade econômica, sendo que o Governo pode influenciar a demanda agregada através dos seguintes instrumentos: gastos públicos, tributos e transferências de renda (por exemplo o Auxílio Brasil).

A política fiscal também apresenta dois tipos, muito parecidos com a política monetária: expansionista (objetivando estimular a demanda agregada, ou seja, a expansão da

economia, porém podendo ter um resultado de déficit público ou até mesmo inflação) e contracionista (objetivando reduzir a demanda agregada, normalmente quando a economia está em um processo de expansão excessiva, ou seja, em superaquecimento e com uma inflação fora da meta). Na política expansionista temos: aumento dos gastos públicos (para aumentar a produção e reduzir o desemprego), redução da carga tributária (para elevar a renda disponível pelo consumidor) e aumento das transferências de renda. Já na política contracionista, enxergamos o contrário: redução dos gastos públicos, aumento da carga tributária e redução ou extinção das transferências de renda.

2.2.3 Política Cambial

O órgão responsável é o Conselho Monetário Nacional, sendo que tal política consiste em decisões orientadas e práticas que buscam o balanceamento da economia através da sua taxa de câmbio (preço em moeda nacional necessário para adquirir uma unidade de moeda estrangeira). Logo, pode-se dizer que, conforme descrito no livro “Economia Micro e Macro” do professor Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos, que a política foca no mercado externo e na administração das trocas monetárias entre os países.

Temos dois principais estilos de câmbio: fixo (definido pelo Governo) e flutuante (definido pelo mercado). No Brasil, nosso regime é considerado flutuante “sujo”, no qual é definido pelo mercado, porém administrado (ocorrendo intervenções quando o Banco Central enxerga como necessário). Ele pode interferir na taxa quando perceber algum dano à economia através: da negociação de dólares, da negociação de títulos públicos que rendem em dólar mais cupom (diferença entre a taxa de juros interna do Brasil e a variação cambial, sendo a remuneração dos investimentos feitos no país por um investidor estrangeiro) e por meio de *swaps* cambiais. Essas interferências acontecem para: manutenção do poder de compra do real, controle da inflação, controle de movimentação de dólares na economia e manutenção de um nível ótimo de reservas.

3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

3.1 O que é Planejamento?

O planejamento permite às pessoas abrirem a porta de uma vida mais tranquila, na qual sonhos e metas podem ser alcançados com maior facilidade. Da mesma forma, permite um futuro mais confortável (por exemplo relacionado à uma aposentadoria). Ele engloba uma série de quesitos, passando pelos objetivos pessoais, os prazos, o momento de vida da pessoa, o cenário econômico, o planejamento sucessório, questões tributárias e como será dado o êxito através da junção desses passos.

Antes de qualquer premissa, é necessário entender o que seria tal planejamento. Conforme Gitman (2001, p. 43): “O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos”.

Esse item mostrará que, após determinar as convicções que nortearão o planejamento, será necessário fazer o levantamento dos dados financeiros pessoais, através do balanço patrimonial e do orçamento de receitas e despesas.

3.2 Finanças Pessoais

Primordialmente, é necessário entender em que estado encontra-se sua vida financeira, ou seja, qual seu nível patrimonial e qual a realidade das suas finanças. Para isso, será preciso analisá-la através do balanço patrimonial e do levantamento orçamentário, e assim, possibilitando, de maneira eficaz, atingir as metas pré-estabelecidas sem comprometer seu momento de vida.

3.2.1 Balanço Patrimonial

Como um ponto inicial para o controle das suas finanças, é essencial que se conheça seu patrimônio atual, entendendo seus ativos (bens e direitos), passivos (dívidas e obrigações) e seu atual momento de vida. Esse conceito é de suma importância, pois, a partir dele, poderá ser traçada uma estratégia que resulte no aumento patrimonial dentro do planejamento. Kiosaky, autor do *best-seller* “Pai Rico, Pai Pobre”, relata que é primordial para a educação financeira o conhecimento sobre esse tópico, pois, como dito em seu livro, muitas pessoas não o conhecem e acabam tendo um patrimônio líquido negativo, e assim, impossibilitando, ou dificultando, uma evolução do mesmo.

Antes de iniciarmos a tabela do Balanço Patrimonial, é necessário entender o que estará dentro dos tópicos ativo e passivo. O ativo, ou bens e direitos, são valores do seu patrimônio que já estão em sua posse ou que você receberá, como, por exemplo: imóveis (de uso pessoal, em construção, alugados etc.), bens (veículos, obras de arte, joias etc.), investimentos (aplicações financeiras, participação societária em empresas etc.) e direitos a receber (consórcio, processo judicial, rescisão etc.). Já do lado do passivo, ou dívidas e obrigações, temos: obrigações de curto prazo (ou seja, que deverão ser pagas em menos de 12 meses), dívida e valor de aporte em empresas (investimento direto, compra de equipamentos), valor a pagar de bens de uso pessoal (empréstimos, financiamento, saldo a quitar etc.) e indenizações (processo judicial).

Sobre a elaboração, normalmente colocamos os ativos do lado direito e o passivo do lado esquerdo, sendo o patrimônio líquido a diferença entre os dois (o *layout* da tabela é de escolha pessoal, não havendo uma regra específica para tal). Como exemplo, temos a Tabela 2 retirada do site Parmais, em seu artigo “O que é balanço patrimonial pessoal?”:

Tabela 2 - Balanço Patrimonial

TOTAL DE BENS / DIREITOS	10.000.000	TOTAL DE DÍVIDAS / OBRIGAÇÕES	4.800.000	VALOR LÍQUIDO	
Aplicações Financeiras	4.320.000	Obrigações de curto prazo	2.000.000	2.320.000	Renda? <input type="checkbox"/>
Carteira Parmais	3.800.000	Dívidas de curto prazo	2.000.000	1.800.000	<input checked="" type="checkbox"/>
CDB Banco XYZ	520.000		520.000	520.000	<input checked="" type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>
Direitos a receber	960.000	Obrigações e indenizações diversas	268.800	691.200	
Inventário	960.000	Impostos e serviços	268.800	691.200	<input checked="" type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>
Imóveis como investimento	0	Valores a pagar dos imóveis	0	0	
À venda	0	À venda	0	0	<input type="checkbox"/>
Alugado	0	Alugado	0	0	<input type="checkbox"/>
Em construção	0	Em construção	0	0	<input type="checkbox"/>
Parado	0	Parado	0	0	<input type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>
Empresas	1.500.000	Dívida e valor a aportar em empresas	531.200	968.800	
XPTO	1.500.000	Compra novos equipamentos	531.200	968.800	<input checked="" type="checkbox"/>
	0			0	<input type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>
Bens de uso pessoal	3.220.000	Valor a pagar de bens de uso pessoal	2.000.000	1.220.000	
Imóveis de uso pessoal	3.000.000	Imóveis de uso pessoal	2.000.000	1.000.000	<input type="checkbox"/>
Veículo	220.000			220.000	<input type="checkbox"/>
				0	<input type="checkbox"/>

Fonte: <https://www.parmais.com.br/blog/balanco-patrimonial/>

Dessa maneira, pode-se prosseguir com o planejamento, tendo uma das bases dele e sendo capacitado de entendermos a realidade patrimonial, o tamanho da liquidez e o quanto

de tudo que se tem é representado por dívidas. Desse jeito, trabalha-se para aumentar o ativo ou reduzir o passivo, com o intuito de facilitar o caminho até o objetivo traçado no planejamento.

3.2.2 Fluxo de Caixa Pessoal

É de extrema importância que se tenha em mente as entradas e saídas dentro do mês (ou do período observado) para que se obtenha um melhor controle sobre o fluxo pessoal atual. Seu papel é projetar (ou calcular) a receita ou déficit obtido em conta, e assim, facilitar o orçamento, de forma que possibilite a pessoa saber seus limites, investir seu dinheiro e encontrar mecanismos para aumentar ou chegar no superávit.

Para realizar esse procedimento, pode-se utilizar planilhas em meios eletrônicos ou até mesmo fazer tabelas a mão, porém, tendo em vista que o ideal é coletar os seguintes dados: todas as entradas (receitas) e saídas (despesas). Com a coleta feita, basta fazer a diferença e analisar os resultados: se gerou um superávit ou um déficit. Com isso, o ideal é entender se o número gerado é o suficiente para se manter e conseguir poupar, pois, apenas poupando e pensando no prazo estabelecido que se chega no objetivo.

Outro ponto é entender como alcançar ou aumentar o saldo positivo, sendo a resposta simples: diminuindo as despesas ou aumentando a receita. Nesse caso, o mais viável seria a redução dos gastos, porém é muito difícil diminuí-lo ou limitá-lo sem que comprometa o padrão de vida (ou de consumo) vigente. O outro aspecto, e provavelmente o mais bem visto, é aumentar sua renda, mas sendo ele difícil, pois é necessário que a pessoa tenha tempo para exercer alguma atividade extra e que haja oportunidades para tal, seja através de algum emprego ou de algum serviço autônomo.

Em suma, é primordial observar a relação entre receitas e despesas, além de entender a maneira que está sendo gasta a renda, como, por exemplo, com compras desnecessárias. Logo, é imprescindível registrar as movimentações com o intuito de otimizar o fluxo de caixa e, posteriormente, permitir enxergar onde, exatamente, estão as transações e não apenas os valores consolidados.

3.2.3 Traçando o Alvo

De acordo com o supracitado, chegou a hora de buscar o alvo. Para isso, é necessário que o indivíduo trace seu objetivo (aumento de patrimônio, fazer uma viagem, comprar algum bem etc.) e o prazo para cumpri-lo. Por conseguinte, há de se fazer o orçamento e o plano tático para atingir a meta.

O orçamento pessoal é uma estimativa que mostrará se a realidade financeira é compatível com o planejamento. Pois então, é de suma importância obter o diagnóstico para dirigir as ações que precisam ser tomadas, de modo que consiga entender o valor que é transacionado (mensalmente, por exemplo) e quanto que conseguirá poupar para manter o norte do pensamento que embasa o planejamento. Tal evidência traz alguns benefícios: evita gastar mais do que deve, melhora na qualidade de vida, realização de sonhos, clareza e previsão.

Em vista disso, existe uma teoria muito interessante de se conhecer e tê-la como base: a teoria da utilidade. Em poucas palavras, a utilidade pode ser entendida como a felicidade (ou satisfação) da pessoa ao consumir. Isso posto, o indivíduo deve levar em consideração, principalmente nos casos em que busca reduzir seus gastos (principalmente o desnecessário), o quanto ele está disposto a abrir mão do seu consumo (de maneira que não atinja sua utilidade com força) para que se tenha uma vida financeira mais saudável. Todavia, o ideal é buscar maximizar sua utilidade, independente do contexto ou estratégia escolhida. Nesse sentido, aquilo que gera uma utilidade maior, conseqüentemente tem um valor maior, entretanto tudo dependerá do indivíduo e das circunstâncias. Um bom exemplo é o paradoxo da água e do diamante de Adam Smith, considerado o pai da economia moderna: a água, por ser abundante no mundo, possui um valor menor que o diamante que é um bem mais escasso, embora ele não seja essencial à vida. Contudo, se um indivíduo é levado ao deserto, uma vez que a água é tão escassa quanto o diamante lá, e por ser essencial à vida, terá muito mais valor nessa situação.

Em resumo, será necessária a colocação de estratégias, como, por exemplo, diminuir os gastos em um nível aceitável e, para isso, eventualmente entrará em ação fatores como investimentos, com o intuito de proteger o que já foi construído e melhorar o momento de vida. Outrossim, a presença de um planejador financeiro é essencial para que a performance da busca seja otimizada (com divisões certas sobre a utilização do dinheiro) e realizada da maneira correta com o acompanhamento de alguém experiente.

4 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

4.1 Investimentos

Sobre investimento, é possível defini-lo como a aplicação de recursos que, em uma certa janela de tempo, trará um retorno através da valorização do ativo comprado ou do juro acordado. A escolha dos investimentos virá não apenas de acordo com o que foi tratado acima, mas também com o perfil de investidor. Para isso, trataremos das classes de ativos e dos balanceamentos que podem ser feitos acerca de termos uma carteira devidamente enquadrada dentro da aversão ao risco apresentada pelo cidadão.

Para se atingir o propósito dentro das economias pessoais, os investimentos são instrumentos essenciais, pois trazem remuneração com o passar do tempo, podendo ser seguros ou não, mas sempre trabalhando no escopo do risco/retorno. Ou seja, quanto mais arriscado for um investimento, maior será o retorno esperado, entretanto maior poderá ser sua perda, visto que, no mundo das finanças, o risco é entendido como a probabilidade de acontecer algo diferente do esperado, por isso o conhecimento do seu perfil de investidor é de alta significância. Dentro desse aspecto, podemos levar em consideração a base da teoria da utilidade, sendo a utilidade no sentido de “quanto estou disposto a arriscar para ter um retorno superior ao esperado”.

Visto que os investimentos são os instrumentos principais dentro do planejamento financeiro, o pilar desse tema será dado por meio dos capítulos de 1 a 4 do livro “Money, Banking, and the Financial System”, escrito por Robert Glenn Hubbard e Anthony Patrick O’Brien, economistas e professores universitários da Columbia University e da Lehigh University, respectivamente.

4.1.1 O Perfil de Risco

Antes de entendermos o que seria a Análise de Perfil do Investidor (API) e a justificativa dele, necessitamos observar os tipos de riscos que os investimentos podem ter. Sobre os riscos dos ativos, temos três principais: de crédito, de liquidez e de mercado.

O primeiro está relacionado à saúde financeira que a empresa do ativo possui, principalmente ao risco de inadimplência por parte dela, ou seja, seria a possibilidade do devedor não realizar os pagamentos ou amortizações descritas previamente no investimento, por exemplo investir em um título bancário, como um Certificado de Depósito Bancário (CDB), e o banco emissor falir e, conseqüentemente, não pagar seus investidores. Já a liquidez, no mundo contábil, seria a facilidade de algo virar dinheiro e, nesse sentido, a

facilidade de resgatarmos o valor que foi aplicado, evidenciando isso em uma poupança, na qual possui liquidez diária, onde uma pessoa pode resgatar o valor a qualquer momento que no mesmo dia já estará em conta corrente. Em último, o risco de mercado é explicado pelas variações diárias dele, seja da firma, do setor ou até mesmo de países, sendo variações já esperadas por especulações ou que ocorrem de forma extraordinária, como foi no caso recente das Lojas Americanas, no qual, em Janeiro de 2023, foi descoberto um rombo em suas contas, de modo que sua dívida ultrapassou os 40 bilhões de reais e suas ações caíram na casa de 80% nos primeiros dias posteriores a divulgação. Adicionalmente, dentro do mercado, podemos dividir o risco em dois tipos: sistemático (onde algo afetará toda a economia e, por efeito, todos os setores) e não-sistemático (onde um acontecimento afetará uma área específica).

Além disso, volto a atenção de o investidor ter ágio ou deságio na saída antecipada de um título. Isso se constitui dentro do risco de liquidez, porque o preço de um ativo (mesmo que de renda fixa) irá variar no decorrer do tempo, em especial aqueles que são pré-fixados, já que o preço dele no mercado irá andar de forma contrária a taxa de juros do país. Esse fato ocorre por conta da variação dos juros da nação, uma vez que a taxa base de juros irá definir os rendimentos dos investimentos. Indo para a lógica microeconômica de oferta e demanda, temos dois possíveis cenários: ágio (sair do título com um valor maior até mesmo que o rendimento do período que o manteve) e deságio (sair do título com um rendimento menor ou até mesmo com um valor menor que o aplicado).

Basicamente, no primeiro cenário, posteriormente à compra do título, a taxa de juros do país declinou, fazendo com que ele estivesse em um patamar de rendimento maior e fosse mais atrativo ao olhos do mercado, de modo que, caso realiza-se a venda dele no mercado secundário, o número de investidores interessados seria maior e haveria valorização em cima do seu preço unitário (usamos esse conceito posto que não se negocia valor no mercado, mas sim cotas ou quantidades de ativos e, por isso, ele será negociado com o preço unitário dessa quantidade). Já o segundo cenário, aquele que nenhum investidor quer passar, seria o oposto, ou seja, digamos que o país passe por um período inflacionário e a taxa de juros suba após a compra do papel. Com isso poucos investidores terão interesse em comprá-lo, já que ele estará muito abaixo do que o mercado está pagando, de forma que seu preço irá reduzir e poderá gerar um prejuízo no resgate antes do seu vencimento.

Notamos que o risco é característico do mercado financeiro e, para auxiliar no autoconhecimento, foi criado o Perfil de Investidor, muito baseado na utilidade que o investidor terá nos seus investimentos de forma que ele tenha consciência do grau de risco que está disposto a correr para alcançar um determinado rendimento. O perfil será sumarizado em

três níveis diferentes, indo de uma pessoa que não aceita (ou aceita pouco) risco, passando por alguém que aceita um risco controlado e finalizando no indivíduo que gosta de correr altos riscos ou, em outras palavras: conservador, moderado e arrojado, respectivamente.

Essa análise é o passo primário para a constituição da carteira, atuando como mediadora do posicionamento do investidor. Para realizá-la basta acessar sua conta na instituição financeira, visto que todas elas oferecem esse serviço aos seus clientes.

4.1.2 Reserva Financeira

Na montagem de uma carteira de investimentos, a reserva de emergência é o passo inicial do investidor, pois ela que possibilitará o mesmo de alocar recursos em investimentos com prazos maiores e liquidez menores, ou seja, com riscos mais elevados também. Isso é possível, pois, caso necessite de algum valor, não precisará se desfazer de um ativo antes do vencimento.

Além disso, a essência da reserva está atrelada, principalmente, em não saber “o dia de amanhã”, isto é: não conseguimos afirmar o que acontecerá nos períodos seguintes ao presente, visto que incidentes acontecem, como ficar desempregado, um acidente de trânsito ou até mesmo uma pandemia.

Sugestivamente, os especialistas dizem que a reserva deve constituir, ao mínimo, seis meses das suas despesas básicas (custo de vida) atual. Em acréscimo, pela emergência ser algo que não prevemos, a reserva é algo considerado de curto prazo, isto posto: o investimento escolhido para esse papel deve ser de baixo risco de crédito e de alta liquidez. Para tal, um tipo de ativo muito utilizado é o título governamental através das operações do Tesouro Direto, em mais específico o Tesouro Selic, que é o título emitido pelo Estado e atrelado à taxa de juros do país que oferece ao investidor o resgate diário.

Em síntese, falamos aqui sobre o ponto vital de qualquer planejamento financeiro, o qual dará estabilidade e ao mesmo tempo liberdade ao cidadão que o está criando, com o foco de se beneficiar em casos urgentes ou cotidianos, de modo que não comprometa outras partes do patrimônio como um todo.

4.1.3 Renda Fixa x Renda Variável

É essencial entender o básico dos tipos de ativos, iniciando pela divisão entre renda fixa e renda variável, ajustando com o conhecimento das suas funcionalidades e dos seus riscos.

A renda fixa se caracteriza pelo tipo de renda onde sabemos (ou temos uma noção muito aproximada) de qual será o rendimento no prazo definido, podendo ser ela: pós-fixada, pré-fixada ou híbrida. O primeiro tipo é aquele indexado a um indicador (Selic, IPCA, CDI, IGPM etc.), ou seja, irá segui-lo, independente se variar ou não. O segundo é aquele no qual a taxa já está fixada e que não se alterará até o vencimento do papel (exemplo: 10% ao ano). E o terceiro será a mistura dos outros dois, normalmente utilizado em títulos de inflação, como as Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) que pagam IPCA acrescentando uma taxa pré-fixada.

A renda fixa é, normalmente, conhecida por ser o tipo de investimento com menor risco, visto que os riscos atrelados à ela são: de crédito e de liquidez. Aqui o risco de crédito pode ser mitigado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), o qual garante, como proteção, até 250.000 reais por CPF e por instituição (colocando um limite de 1 milhão de reais por pessoa). Esse fundo garante apenas títulos emitidos por instituições financeiras que estão associadas a ele. Já a liquidez, pode ser mitigada pela reserva de emergência, pois, obtendo sua reserva, o investidor tem liberdade em poder colocar o dinheiro em ativos com prazos maiores sem a necessidade de resgatá-lo em algum momento, podendo assim buscar um rendimento melhor. Em acréscimo, essa questão da liquidez demanda muita atenção, pois caso o investidor queira se desfazer do seu título, nem todos possuem o resgate (ou a recompra por parte do emissor) garantido, e, com isso, fazendo necessária a negociação do ativo no mercado secundário (e o resgate será feito apenas se houver a compra por outro investidor).

Indo mais a fundo, temos dois principais mercados de negociações da renda fixa: o primário (onde são negociados títulos que acabaram de ser emitidos) e o secundário (onde investidores negociam os seus títulos). É interessante entender o quanto o mercado secundário está ligado ao risco de liquidez, já que, quando um investidor desfaz do seu título, costumeiramente esse ativo é precificado pela marcação a mercado (descrita no tópico “O Perfil de Risco”) e, por isso, ele pode ter algum deságio, justificando assim a essencialidade de se ter um ativo de liquidez diária para quando a necessidade do valor surgir.

Na sequência, deixarei alguns modelos de investimentos em renda fixa: títulos públicos (tesouro pré-fixado com e sem juros semestrais, tesouro IPCA+ com e sem juros semestrais e tesouro Selic), emissão bancária (Certificado de Depósito Bancário, Letra de Crédito Imobiliário e do Agronegócio, Recibo de Depósito Bancário e Letra Imobiliária Garantida) e crédito privado (Certificado de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio, Debêntures e Debêntures Incentivadas). Vale destacar que os ativos citados atrelados ao

agronegócio, ao ramo imobiliário e à infraestrutura do país (incentivados) são isentos de imposto de renda, por aquecerem setores vitais da economia.

A renda variável é caracterizada pelo papel que tem variações e, como efeito disso, não sabemos dizer qual será sua valorização no tempo, podendo ser negativa também. Além dos dois riscos da renda fixa, ela também terá a incidência do risco de mercado, consumando assim o tipo de renda com maior risco. Sua oferta será feita através da Bolsa de Valores do Brasil (B3) dentro do seu período de funcionamento (pregão) diário.

Dentro da Bolsa de Valores, há 2 dominantes mercados de negociações: à vista (onde as negociações são finalizadas na hora) e derivativos (no qual os tipos de negociações não dependem do investidor possuir o ativo em si, sendo ele um mercado mais arriscado e altamente especulativo). No mercado à vista, os compradores recebem o título e os vendedores recebem o pagamento no ato, sendo ele o mercado mais comum da bolsa. Corriqueiramente é no mercado de derivativos onde ocorrem as operações mais complexas, como o *day trade* de contratos futuros (compra e venda, no mesmo pregão, de um contrato, por exemplo acreditando em alguma oscilação que ocorrerá do IBOVESPA, índice de desempenho da bolsa brasileira).

Para fechar, deixo investimentos de renda variável: ações, fundos imobiliários, *Exchange Traded Fund* (ETF ou fundos de índices), câmbio, *commodities* e derivativos (futuro, opções, a termo e *swap*). Atento que nem sempre esses ativos são usados para valorizações, como é o caso dos fundos imobiliários e das ações, que geram dividendos (muitas vezes mensais) e o investidor os utiliza pensando no longo prazo, com o intuito de ter, através dessas bonificações, um acréscimo na sua renda (ou até transformar em sua renda principal).

Em conclusão, independente de qual forma de renda for sua estratégia, os rendimentos devem sempre ser analisados de maneira líquida (descontando o imposto de renda) e real (descontando a inflação). Com isso, o ideal é que se tenha uma renda positiva após esses descontos, uma vez que seus investimentos retornarão seu dinheiro não somente com um valor acima do que foi aplicado, mas também com um poder de compra elevado em relação a variação de preços da economia do período.

4.1.4 O Portfólio

Essa parte final será a junção dos tópicos vistos anteriormente, onde é colocado em prática a teoria econômica dos investimentos, através do conhecimento que se tem sobre eles e do risco alocado em cada tipo de ativo.

Inicialmente, deve-se partir do princípio de que o investidor sempre buscará maximizar seus rendimentos ao menor risco possível e, por isso, muitos critérios são levados em consideração. Para isso, Robert Glenn Hubbard e Anthony Patrick O'Brien descrevem 5 principais determinantes na constituição da carteira de investimentos: a riqueza do investidor, a expectativa da taxa de retorno, o apetite ao risco, a liquidez e o custo de adquirir informação sobre o papel.

Primeiramente, o conceito de riqueza é abordado no sentido de que quanto maior for a riqueza individual, dado um aumento de sua renda, maior será sua demanda por um ativo, visto que mais dinheiro irá sobrar e maior será a quantia que poderá ser investida.

Em segundo lugar, será o início da decisão de onde colocar o excedente da sua renda, e assim, a prioridade será naqueles ativos que apresentarem maior taxa de retorno. Para obtermos a taxa de retorno esperado precisamos entender as possibilidades dos acontecimentos dentro daquele título, ou seja, fazendo uma ponderação deles. Em uma situação prática, como detentor de um valor para investir, irei calcular essa taxa levando em consideração que um ativo qualquer de renda variável, como uma ação, irá me dar um retorno esperado de 15% durante o período de um ano (e a possibilidade de isso acontecer é de 80%, já que a economia está sendo aquecida com a diminuição da taxa de juros e os investimentos na bolsa ficando mais atrativos). Todavia, uma inesperada recessão ou algum fato negativo extraordinário da empresa escolhida podem resultar em um prejuízo de -5% (com probabilidade de 20%). O final disso seria a média ponderada desses números, sendo uma taxa de retorno esperado de 11%, e assim, o investidor deverá usar esse cálculo como meio comparação com outros ativos para definir quais serão escolhidos.

A terceira conceituação será a do risco, entendido como a possibilidade de acontecimentos em relação a taxa de retorno esperado. Então, levando em conta o que discutimos no parágrafo passado, suponhamos que aquela mesma ação, por conta das suas oscilações anuais, tem estudos que mostram que suas expectativas de taxas de retorno, desde a abertura de capital dessa empresa, caminham em um limite de 5 pontos percentuais, tanto para cima quanto para baixo, de maneira que, colocando essa volatilidade, o risco observado pelo comprador do título traria um resultado da ação que iria variar entre 6% e 16%. Ainda nesse exemplo, teorizaremos que outra ação do mesmo setor e com expectativas de retornos idênticas entre na comparação, mas com uma volatilidade de 2 pontos percentuais e apresentando seu resultado entre 9% e 13%. A pergunta que fica ao investidor é: qual escolher? E a resposta é bem objetiva: dependerá do seu perfil! Provavelmente, um amante de

risco irá na primeira opção, enquanto alguém com mais aversão optaria pela segunda proposta.

Ainda sobre os riscos, e voltando nos perfis desenvolvidos acima, podemos afirmar que um investidor conservador irá preferir ter apenas renda fixa ou pouca renda variável, de modo que as incertezas sejam menores. Indo ao moderado, teremos um equilíbrio entre esses dois tipos de rendas, obtendo mais riscos, contudo de modo controlado. Para terminar, os arrojados são aqueles que priorizarão ativos de maiores expectativas de retorno e, portanto, maiores riscos.

Já a liquidez, sempre será a preferência do investidor, visto como uma vantagem em ter um ativo líquido, ou seja, um papel que possibilite o resgate a qualquer momento ou que não tenha dificuldades para vendê-lo.

O último aspecto seria o custo (ou adversidade) de conseguir informação sobre um específico valor mobiliário, de tal jeito que quanto mais custoso for a informação, menos desejável será o ativo aos olhos do investidor e vice-versa, levando em consideração que é relevante a clareza no que está sendo investido a renda do titular.

Com base em tudo isso que foi citado, o ideal é que se tenha diversificação dentro da carteira, ou seja, diversos ativos que buscam diferentes rendimentos e, de preferência, em setores diferentes, e assim, ativos que não sejam correlacionados entre si. Isso pois a diversificação diminui o risco da carteira, principalmente o risco não-sistêmico (já que o sistêmico irá atingir todo o mercado). Para exemplificar, podemos utilizar o mercado acionário: digamos que na minha carteira tenha ativos de alguma companhia área e, por conta da pandemia do coronavírus, as viagens precisaram parar e, por efeito, os lucros das companhias áreas declinaram e fizeram os preços das suas ações caírem também. Porém, por ter outros ativos em mãos, uma valorização deles conseguiu segurar o rendimento da minha cesta.

Nem sempre será tão simples como descrito no parágrafo anterior, até porque cada cenário econômico demandará uma estratégia diferente do investidor em relação a compra ou venda de algum título. Por isso, se faz necessário o entendimento da macroeconomia básica, trabalhada anteriormente no capítulo 3.

Podemos ver que a determinação da sua carteira depende de muitos fatores, mas que sempre estará atrelada ao ponto focal do planejamento: seu objetivo. É evidente que outros focos são primordiais e que, quanto mais retorno buscar, mais risco terá que correr. Para isso, no Brasil há uma gama de profissionais denominados como especialistas de

investimentos, sendo um serviço prestado por bancos e corretoras para que a missão de montar um bom portfólio e seguir um bom planejamento não seja algo pesado ao cidadão.

4.2 Previdência

A previdência é uma acumulação que objetiva a aposentadoria de alguém, sendo um tipo de reserva, ou renda extra, para quando o indivíduo parar de trabalhar (ou precisar parar por algum motivo, por exemplo invalidez). Ela é de suma importância, visto que, como um consenso geral, as pessoas se aposentam e apenas tocam a vida à maneira que desejaram por anos (e por isso trabalharam e se dedicaram tanto). Dentro desse ramo, temos duas formas: a previdência social e a previdência complementar (ou privada).

A primeira é organizada pelo Governo Federal, no qual a contribuição vem através do desconto (direto no salário da pessoa CLT) e o recebimento do benefício depois de cumprida as regras básicas, ou seja, depois de uma certa idade (com tempo mínimo de contribuição) ou depois de um período mínimo de contribuição (seja com o desconto salarial ou pelo pagamento de carnês, sendo essa segunda opção normalmente utilizada por alguém que não se encontra no regime da CLT).

Já a segunda são fundos de previdências negociados por bancos ou corretoras, nos quais funcionam como fundos de investimentos e a pessoa tem total liberdade de aplicar, resgatar ou migrar os valores alocados, entretanto há suas regras para cada ação. Essa modalidade, basicamente, entra como um complemento à forma social ou como a fonte principal de aposentadoria, além de dar mais liberdade ao investidor, por exemplo não o obrigando a contribuir mensalmente ou dando o poder de escolha se, na hora do resgate, irá retirar todo o valor ou transformar o montante em renda. Além da aposentadoria, a maneira privada pode ser utilizada por outros objetivos, sendo os mais comuns: redução da alíquota paga de imposto de renda na declaração (dependendo do seu tipo e da sua declaração, poderá ser abatido até 12% do valor), planejamento sucessório (pois não entra em inventário) e para o auxílio no desenvolvimento de um menor de idade (por exemplo para o ensino superior quando o jovem completar a maioridade).

Em suma, pensar na aposentadoria é primordial, sendo uma das retas finais do planejamento de alguém. Além disso, ter uma previdência complementar em seu planejamento muitas vezes é necessário, pois nem todos contribuirão para a previdência social, ou somente a previdência social não será suficiente para manter o padrão de vida ou também mudanças nas estruturas político-econômicas podem acontecer e impactar

diretamente o cidadão, como foi recentemente com a reforma da previdência executada pelo Governo Federal.

4.3 Seguros

Os seguros são ativos que funcionam na blindagem patrimonial de alguém, servindo como uma segurança no caso de algum incidente, podendo poupar, ou amenizar, algum prejuízo ou desgaste da pessoa que o possui frente à alguma adversidade. Simplificadamente, o seguro será feito junto à uma companhia de seguros, a qual assumirá os eventuais riscos e danos em cima daquilo que está sendo assegurado, e assim, o contratante paga à seguradora um valor (muitas vezes em formato de mensalidade) que chamamos de “prêmio”.

Para melhor entender a importância de possuir esse serviço financeiro, separo a fala do diretor comercial da Corretora de Seguros Modestti & Pittol, Evandro Modestti, que diz: “É preciso considerar que pessoas e empresas, na maioria dos casos, lutam por anos para construir o seu patrimônio, adquirir bens e estruturar sua vida financeira. O seguro nada mais é do que essa proteção, que traz tranquilidade. Independentemente de qualquer eventualidade de incêndio a roubos, qualquer tipo de sinistro, o cliente tem a certeza de que seu patrimônio está protegido, sua família terá suporte financeiro ou de que o seu negócio está livre de grandes prejuízos.”.

Dessa maneira, diante do dia a dia da sociedade e das situações mais comuns de acontecerem, informo os principais tipos de seguros: de vida, residencial, de celular, automotivo, de viagem e empresarial. Finalmente, observamos que, mesmo parecendo perda de tempo ou dinheiro, frente às ocasiões que podem não acontecer, é necessário estarmos preparados para situações atípicas e protegermos nosso patrimônio delas.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho procurou mencionar as diferentes áreas de um planejamento, indo desde os entendimentos básicos de economia, passando pelo momento de vida pessoal, os mecanismos utilizados para potenciá-lo e finalizando em onde ele o levará como destino final.

Com todo material teórico descrito acima, o leitor estará apto a ter uma base do seu planejamento e saber cada passo que deve seguir, além de entender que não é algo que deve ser feito sozinho, mas sim com auxílio profissional de quem já atua na área.

Em suma, o Brasil, por falta de uma educação financeira básica, enfrenta grandes problemas nesse quesito, de geração em geração, em especial pessoas que não possuem acesso facilitado a informação, além de mostrar números preocupantes, como evidencia os dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC): aproximadamente 20% dos jovens entre 18 e 24 anos já estão endividados. Logo, a importância desse projeto não é tornar alguém um especialista ou profissional nesse mercado, mas abrir o caminho para uma visão mais ampla e fácil do futuro, de modo que, independentemente do seu momento de vida, colocar suas finanças em dia é essencial para atingir o seu estado de bem-estar.

REFERÊNCIAS

- 76% dos brasileiros não administraram bem finanças pessoais durante a pandemia. **CNN Brasil**, São Paulo, 02 de ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/76-dos-brasileiros-nao-administraram-bem-financas-pessoais-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 05 de out. de 2021.
- Balanco Patrimonial Pessoal: entenda o que é e como fazer. **SUNO**. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/balanco-patrimonial-pessoal/>. Acesso em: 25 de out. de 2022.
- BARROS, Fábio Segatto; TORRES, Inácio Alves. Investimentos financeiros: uma análise dos alunos investidores de uma Instituição de ensino superior de Brasília–DF. **Universitas: Gestão e TI**, v. 4, n. 1, 2014.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017
- Como assim: Finanças Modernas. **FACE/UFMG**. Disponível em: <https://docentes.face.ufmg.br/raic/finanmod/>. Acesso em: 02 de jul. de 2022.
- Conselhos Federal e Regionais de Administração. **Como Cuidar de suas Finanças Pessoais**. Distrito Federal: Conselho Federal de Administração, 2015. Disponível em: <https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/10cfa-cartilha-financa-pessoal.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.
- Economia Comportamental: entenda esse conceito econômico. **SUNO**. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/economia-comportamental/>. Acesso em: 02 de jul. de 2022.
- Educação financeira Infantil: como o Brasil está frente a outros países?. **InvestNews**, São Paulo, 21 de jul. 2021. Disponível em: <https://investnews.com.br/cafeina/educacao-financeira-nas-escolas-como-o-brasil-esta-frente-a-outros-paises/>. Acesso em: 05 de out. de 2021.
- Educação financeira: número de jovens inadimplentes no Brasil é preocupante. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/11/18/educacao-financeira-numero-de-jovens-inadimplentes-no-brasil-e-preocupante.ghtml>. Acesso em: 18 de mai. de 2023.
- Estresse financeiro do trabalhador: conheça as suas principais causas. **Xerpay**, 30 de abr. 2021. Disponível em: <https://xerpay.com.br/blog/estresse-financeiro-do-trabalhador/>. Acesso em: 04 de out. de 2021.
- Fluxo de caixa pessoal: aprenda a organizar melhor suas finanças. **SUNO**. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/fluxo-de-caixa-pessoal/>. Acesso em: 26 de out. de 2022.
- Fordelone, Yolanda. Finanças Pessoais no Dia a Dia. **Estadão**. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/public/economia/financas-pessoais/>. Acesso em: 04 de nov. de 2021.

FREZATTI, Fábio et al. Decisões de investimento em ativos de longo prazo nas empresas brasileiras: qual a aderência ao modelo teórico?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, p. 01-22, 2012.

GAMA, B. S.; CORREIA, M. V. Planejamento financeiro pessoal e a importância da gestão dos próprios recursos: Um estudo de caso com os estudantes de Administração da Faculdade Paraíso do Ceará. **Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza**, v. 1, n. 7, p. 1-14, 2013.

Goeking, Weruska. Apenas 3% dos brasileiros investiram em ações em 2020 e média aplicada caiu 31%. **Valor Investe**, São Paulo, 15 de jan. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2021/01/15/apenas-3percent-dos-brasileiros-investiram-em-aco-es-em-2020-e-media-aplicada-caiu-31percent.ghtml>. Acesso em: 07 de out. de 2021.

HUBBARD, R. G.; O'BRIEN, A. P. **Money, Banking, and the Financial System**. 1. ed. Hoboken: Prentice Hall, 2012.

Juros: entenda como eles impactam a economia e seus investimentos. **CNN BRASIL**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/juros-entenda-como-eles-impactam-a-economia-e-seus-investimentos/?amp>. Acesso em: 08 de out. de 2022.

KIMURA, Herbert; BASSO, Leonardo Fernando Cruz; KRAUTER, Elizabeth. Paradoxos em finanças: teoria moderna versus finanças comportamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, p. 41-58, 2006.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Pai Rico, Pai Pobre**: Edição de 20 anos. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

O que é balanço patrimonial pessoal. **PARMAIS**. Disponível em: <https://www.parmais.com.br/blog/balanco-patrimonial/>. Acesso em: 25 de out. de 2022.

O que é previdência privada?. **NUInvest**. Disponível em: <https://ajuda.nuinvest.com.br/hc/pt-br/articles/360037486593-O-que-%C3%A9-previd%C3%AAncia-privada->. Acesso em: 07 de mai. de 2023.

O que é previdência social?. **NUInvest**. Disponível em: <https://ajuda.nuinvest.com.br/hc/pt-br/articles/360037486453-O-que-%C3%A9-previd%C3%AAncia-social->. Acesso em: 07 de mai. de 2023.

Oliveira, Danielly. Educação financeira nas escolas: o desafio de ensinar sobre dinheiro no Brasil. **Desafio da Educação**, São Paulo, 21 de jul. 2021. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/educacao-financieira-nas-escolas/>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

Orçamento pessoal: o que é, sua importância e como fazer!. **RICONECCT**. Disponível em: <https://riconecct.rico.com.br/blog/orcamento-pessoal>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

PEREIRA, Nelson Braga Chelini. **A utilização de metodologias de análise de investimentos empresariais voltada para análise de investimentos pessoais**. 2006. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.

Planejamento financeiro: o passo a passo de como criar um do zero. **INVESTNEWS**. Disponível em: <https://investnews.com.br/financas/planejamento-financeiro-como-criar/>. Acesso em: 20 de out. de 2022.

Política cambial: importância, tipos e impactos na economia. **FIA**. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/politica-cambial-importancia-tipos-e-impactos-na-economia/amp/>. Acesso em: 09 de out. de 2022.

Qual a diferença entre renda fixa e renda variável? Entenda. **Warren Magazine**. Disponível em: <https://warren.com.br/magazine/diferenca-renda-fixa-renda-variavel/>. Acesso em: 16 de mai. de 2023.

Raio X do Investidor Brasileiro. **ANBIMA (2021)**. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm. Acesso em: 04 de out. de 2021.

Raio X do Investidor Brasileiro. **ANBIMA (2022)**. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2022.htm. Acesso em: 02 de jul. de 2022.

Raio X do Investidor Brasileiro. **ANBIMA (2023)**. Disponível em: [anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2023.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2023.htm). Acesso em: 20 de mai. de 2023.

Saiba a importância de ter um seguro e por que ele é um serviço de proteção indispensável. **Modesti&Pittol Seguros**. Disponível em: <https://modesttipittolseguros.com.br/blog/183/saiba-a-importancia-de-ter-um-seguro-e-por-que-ele-e-um-servico-de-protecao-indispensavel>. Acesso em: 07 de mai. de 2023.

Santos, Gustavo. A importância do controle das finanças pessoais para o bem-estar. **Mobills**, 04 de mar. 2021. Disponível em: <https://www.mobills.com.br/blog/financas-pessoais-e-bem-estar/>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

SPC Brasil. **46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil**. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf. Acesso em: 02 de out. de 2021.

Utilidade Marginal Decrescente: entenda como funciona essa métrica. **SUNO**. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/utilidade-marginal-decrescente/amp/>. Acesso em: 31 de out. de 2022.

Veja tudo o que aconteceu no rombo da Americanas e saiba o que ainda está por vir. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/veja-tudo-o-que-aconteceu-no-rombo-da-americanas-e-saiba-o-que-ainda-esta-por-vir/>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.